

## **Narciso e Narcose: burocracia, *low cost* e formato**

*Toda revolução evapora e deixa para trás apenas o limo de uma nova burocracia.*

*Franz Kafka*

Dar início a uma pequena empresa, em grande parte dos países, representava assumir impostos e custos burocráticos equivalentes a mais de 50% das receitas. Esse nível de impostos e de custos burocráticos exigidos pelo Estados tornava praticamente impossível o surgimento de novas empresas com futuro duradouro.

Por outro lado, quando o Estado detectava que uma empresa atuando num país estrangeiro se beneficiava de menores cargas tributárias no outro país, passava a estabelecer impostos compensatórios, como forma de punir a empresa por aquele benefício.

Até aos anos 1980, países com forte orientação socialista geralmente impunham às empresas a obrigatoriedade de assumir o Estado como parceiro majoritário, sem que este se dispusesse a qualquer tipo de contrapartida. Esse fato era considerado escandaloso pelos chamados países “livres”. Entretanto, no início do século XXI, todos os países passaram a fazer o mesmo, de forma disfarçada, nunca declaradamente. Em praticamente todos os países do mundo, o Estado se tornou sócio majoritário obrigatório das empresas, através de impostos diretos ou indiretos.

Os antigos países socialistas, atrás da então chamada *cortina de ferro*, justificavam o gigantismo

do Estado dizendo que se tratava de uma estratégia para obter fundos para o desenvolvimento social; os países no século XXI justificam dizendo se tratar de uma forma de obter fundos para o desenvolvimento.

Naturalmente, no início do século XXI a pressão fiscal funcionava apenas em relação às pequenas companhias, que não tinham recursos para burlar o Sistema.

Em muitos países, quando uma transação comercial não era concretizada por falta de pagamento, os impostos relativos a ela permaneciam obrigatórios, levando milhares de pequenas empresas à bancarrota. Por parte dos Estados, as autoridades justificavam com o argumento de que se a cobrança dos impostos não se concretizasse nessas situações, haveriam inúmeros casos de fraude. A relação entre cidadão e Estado deixou de ser caracterizada pela participação, e se transformou em contínua perseguição. Gradualmente, a antiga condição de

cidadania foi se desintegrando.

Mas, não se assistiu a grandes protestos contra essa situação. Aparentemente, as pessoas estavam *entorpecidas*. Como Marshall McLuhan alertou, as palavras *narciso* e *narcose* possuem idêntica raiz etimológica, revelando uma profunda ligação entre ambas.

A palavra *narcose* deriva do grego *narkē*, que indicava a idéia de falta de ar, de ligeira asfixia como quando estamos apaixonados. Por sua vez, aquele termo grego lança as suas origens na partícula indo europeia *\*n* que era relacionada à *água*. Para os antigos povos indo europeus a idéia de negação estava implícita na experiência da escuridão das águas noturnas. Negação do mundo concreto. Por isso, Narciso vê a sua própria imagem no reflexo sobre as águas escuras de um lago, e fica profundamente entorpecido, narcotizado por ela.

Daquela antiga raiz indo europeia *\*n*

surgiram outras palavras, como *alma*, *animação*, *nós* – que significa *mente* em grego, *noite*, *nudez*, *Netuno*, o latim *nebula* que gerou a palavra *névoa*, o termo *novo* e, curiosamente, até mesmo a palavra *nome* entre outras. Expressões que guardam entre si uma antiga e misteriosa relação.

Cada uma manifestando um certo aspecto de negação: a alma nega o corpo; a mente, a matéria; a noite, o dia; o novo, o passado; e o nome destaca a pessoa ou a coisa de um todo.

Mesmo as palavras *não*, *negação* e *negócio* – que é a *negação do ócio* – surgem daquela antiga partícula indo europeia.

«O mito grego de *Narciso* está diretamente relacionado com um fato da experiência humana, como a palavra *Narciso* indica. Ela surge da palavra grega *narcose*, ou entorpecimento. O jovem *Narciso* tomou por engano o seu próprio reflexo nas águas por outra pessoa. A sua extensão por espelhamento entorpeceu as suas percepções até

ele se tornar no servomecanismo da sua própria imagem repetida» – disse McLuhan.

Narciso nega o Outro e a narcose nega a realidade. A negação do Outro e da realidade revelam um estado de ignorância, de negação do conhecimento.

Não há indignação na ignorância. Indignação e protesto exigem cultura, e cultura implica interação.

Curiosamente, os equipamentos que caracterizam a sociedade *low power*, tais como computadores pessoais, telefones celulares, freezers, televisores, leitores de DVD, máquinas fotográficas e de filmar digitais, PDAs ou aparelhos de microondas, são – todos eles – próteses que permitem não apenas uma gestão pessoal e individual de tudo, mas também um grande isolamento em relação a outras pessoas.

Assim, acabou a antiga dependência em

relação ao cozinheiro, à secretária, ao fotógrafo, ao redator e a um sem número de antigas profissões e atividades que subitamente se transformaram em diletantismo ao alcance de todos.

É essa lógica do *low cost* que também projeta o fenômeno do fim da profissão em diversos setores.

Tudo se torna diletantismo.

Na acelerada espiral de salários cada vez mais baixos e produtos auto-explicativos, desaparece a necessidade do intermediário especializado. Qualquer um pode vender um computador, um aparelho de telefone ou mesmo um livro – basta sorrir e saber três ou quatro regras básicas, todo o resto será gerido pelo sistema digital e pelas instruções contidas no próprio produto.

Dessa forma, passa a existir uma rápida rotatividade de pessoas que trocam de trabalho várias vezes por ano, tornando cada

um, tendencialmente, no mais desqualificado trabalhador possível.

Na Suíça, pouco tempo depois dos ataques de setembro de 2001, o grande compositor e regente Pierre Boulez, personalidade mundialmente famosa, que chegou a dirigir a *Orquestra Filarmônica de Nova York*, fundador e diretor do célebre *IRCAM – Institut de Recherche et Coordination Acoustique/Musique de Paris*, foi detido durante várias horas sob a suspeita de ser um terrorista! Em maio de 1968, Pierre Boulez, então jovem compositor, tinha proclamado que as casas de ópera deveriam ser queimadas. Na época, alguém fez uma ficha sobre ele, indicando – em termos adjetivos – que ele era um “terrorista”. Os policiais suíços, simplesmente não sabiam quem ele era e foram incapazes de distinguir aquilo que teria sido o desabafo de um policial menos cuidadoso quase trinta e cinco anos antes e a descrição de um verdadeiro terrorista! Convidado para um festival, ele acabou por ser reconhecido e solto, com direito a muitos pedidos de desculpas.

A história pela qual passou o compositor francês revela várias faces do universo contemporâneo – a superficialidade dos dados, a incompetência dos seus operadores e a fragilidade de um sistema de vigilância extremamente volátil.

Fosse outra pessoa vítima de idêntica afirmação em maio de 1968 mas que não o famoso como Pierre Boulez, seguramente não teria a mesma sorte e estaria condenado uma injustiça ainda mais cruel.

E, se tivesse acontecido num outro país – pois a Suíça ainda era considerada um dos mais rigorosos e sérios países do mundo – o desastre certamente seria ainda mais avassalador.

Nos Estados Unidos, em 2006, cerca de sessenta milhões de pessoas perderam os seus empregos e outros cerca de sessenta milhões de pessoas começaram um novo trabalho, num ritmo que seria repetido anualmente – não ficando

restrito à realidade Americana.

Aquela flutuação turbulenta da sociedade americana representava mudança e novo emprego para cerca de 40% da população economicamente ativa todos os anos!

Nunca existiu tanta mão de obra qualificada à disposição dos meios de produção e nunca o discurso político foi tão orientado para a formação profissional. Mas, centenas de milhares de arquitetos, engenheiros, médicos ou advogados se somavam ao grande e crescente volume de desempregados em todo o mundo, constituindo um gigantesco contingente de energia desperdiçada.

Até aos anos 1950, um aluno que tivesse uma boa avaliação durante a sua formação universitária era automaticamente contratado e tinha um futuro seguro e estável.

No início dos anos 2000, ouvi uma entrevista com um jovem tenista espanhol. Perguntaram

por que ele tinha abandonado os estudos. Ele respondeu dizendo que os seus pais e irmãos tinham concluído cursos superiores, mas que estavam todos em dificuldades financeiras, enquanto ele já ganhava muito mais do que poderia imaginar. Para que estudar?

Um pouco por todo o mundo, cientistas, artistas, escritores e pensadores passaram a viver às portas da miséria, sem o antigo suporte dos mecenás ou da corte. Ao mesmo tempo, jogadores de futebol, de basquete, corredores de automóveis, lutadores de box e jogadores de tênis entre outros – pessoas que muitas vezes não eram capazes nem mesmo de falar corretamente para expressar um pensamento – tornaram-se milionários.

A meta essencial da sociedade *low power* não é a qualificação, mas a maior desqualificação possível.

Com a grande rotatividade entre trabalhos com funções diferentes, diminui o sentido de

identidade e acaba aquilo que era um grande valor da antiga classe média – a *lealdade*.

Criticando as mudanças planetárias no final do século XX, George Soros dizia, no seu livro *The Crisis of Global Capitalism*, que «numa sociedade em que as relações estáveis sejam dominantes» as pessoas necessitam de ser honestas para ter sucesso. «Mas, quando se goza de liberdade total (...) a sociedade se torna instável».

Na verdade, não se trata de existir mais liberdade, mas sim de haver uma crescente regulação que, paradoxalmente, é fortemente instável. Tudo passou a ser regulado, mas nunca se sabe exatamente o que é o quê, pois tudo muda constantemente.

A partir dos anos 1980, criou-se em praticamente todo o mundo a idéia de que surgia uma forte e irreversível onda de *desregulação* total, liberando todo o comércio, eliminando controles e barreiras de toda a natureza.

De fato, o célebre acordo Bretton Woods, assinado em 1944 pelas nações mais industrializadas, gerou uma pesada regulação nos mercados financeiros – seguindo o pensamento de John Maynard Keynes, para quem o Estado tinha o dever de intervir na economia.

Mais tarde, Estados Unidos e Inglaterra promoveram uma onda mundial de liberação de preços e comércio na qual Ronald Reagan e Margaret Thatcher foram verdadeiros paladinos nos anos 1980. Assim, os países europeus eliminaram as suas fronteiras, a *Organização Mundial do Comércio* estabeleceu novos parâmetros de livre comércio, canais de televisão passaram a ser controlados por entidades privadas, o mesmo aconteceu com empresas de energia e de telecomunicação, acordos internacionais determinaram critérios para livre trânsito de mercadorias e pessoas, o controle de preços foi praticamente eliminado e assim por diante.

Em 1980, a média das tarifas de importação e exportação era de 26,1%. Em 2002, era de apenas 10,4%.

O que não se diz é que simultaneamente a essa *desregulação* emergiu uma tentacular burocracia, estabelecendo todo o tipo de controle e vigilância, um universo policial feito de informação geral e globalizada. Esse complexo de vigilância burocrática estabeleceu um novo fenômeno *regulatório* em substituição ao antigo, operando numa *nano* escala.

O surgimento desse complexo de vigilância burocrática conheceu um dos seus marcos fundadores na gradual computadorização dos sistemas administrativos estatais a partir da década de 1970, em termos mundiais. O seu apelo inicial foi exatamente no sentido de eliminação da própria burocracia! Curiosamente, esse foi um fenômeno planetário.

Iniciava-se o processo de digitalização e

automação dos processos burocráticos com a promessa de redução do seu impacto na vida das pessoas. Mas, a seguir, para além de um formidável aumento burocrático com sistemas de controle cada vez mais complexos, os princípios conhecidos como *welfare* foram desmantelados com um avassalador aumento dos riscos individualizados.

Aquilo a que David Garland chamou, em 2001, da emergência de uma “cultura do controle”.

Já no início da década de 1990, o governo central do Canadá operava mais de duas mil e duzentas bases de dados com cerca de vinte arquivos para cada cidadão!

Como David Lyon sublinhou, «cada vez menos e menos transações e interações são baseadas em relacionamentos face a face. (...) Seres humanos, pessoas com corpo, são assim abstraídas do lugar e são sifonadas como dados em fluxos, para serem reconstituídas como ‘imagens

de dados' em sistemas de vigilância».

O tentacular universo burocrático, como a emergência de um Argo Panoptes, tende a eliminar o indivíduo, tal como acontece no universo acústico, onde apenas o coletivo é substancial – pois o ouvido não tem pálpebras.

Assim, muitos críticos têm observado que um tal universo burocrático de vigilância e controle tornaria qualquer mudança não apenas desnecessária, mas aparentemente impossível, perpetuando as políticas já existentes e os seus atores.

Em 1996, o Senado americano aprovou o *American Telecom Reform Act* procurando controlar e limitar a liberdade de expressão em todos os meios de comunicação. John Perry Barlow – que em 1990 co-fundou a *EFF Electronic Frontier Foundation*, entidade dedicada à defesa das liberdades de expressão e de pensamento – diria: «... o *Telecom 'Reform' Act*, aprovado pelo Senado

com apenas cinco votos dissidentes, tornou ilegal e punível com multa de duzentos e cinquenta mil dólares dizer ‘merda’ online. Ou ainda, dizer qualquer uma das sete palavrões proibidos nos media *broadcast*. Ou discutir abertamente sobre o aborto. Ou falar sobre qualquer função do corpo ainda que em termos exclusivamente clínicos».

Na verdade, tudo passou a ser ainda mais regulado e controlado, mas não mais por uma *central única de alto poder*.

Para tornar ainda tudo pior, em setembro de 2008, após a terrível onda de *crash* do sistema financeiro mundial, o *New York Times* anunciaava que a «*Goldman Sachs* e a *Morgan Stanley* Marcam o Fim de uma Era nas Finanças», revelando aquelas empresas como os dois últimos bancos de investimento independentes na *Wall Street*, que agora passariam a ser sujeitos a uma forte regulação por parte do Estado.

Tudo passou a ser controlado por uma

complexa teia de interesses, muito mais pesada que a anterior, que essencialmente tinha uma natureza paradigmática.

Curiosamente, refletindo uma expectativa geral, o jornal *Le Monde* de seis de novembro de 2008 anuncia através das palavras de Hubert Védrine: «Todo o mundo se considera hoje em dia a favor do restabelecimento dos controlos sobre o sistema financeiro. Os Estados deverão bater o ferro enquanto está quente e não deixar que os “desreguladores” lancem mão».

Se tomarmos a questão como um todo, em termos históricos, perceberemos que o mundo caminhou, desde as últimas décadas do século XX, no sentido de uma crescente regulação, tendendo à configuração com um novo tipo de autoritarismo – uma espécie de ditadura do próprio sistema, sem a figura de um tirano específico.

E uma das faces dessa metamorfose está diretamente relacionada à emergência de um

modelo econômico *low cost*.

Robert Reich, antigo ministro do trabalho na presidência de Bill Clinton, explica como os *containers* acabaram por ser um dos elementos da transformação que conduziria ao *low cost*. «Os *containers* – caixas de aço com cerca de 6 a 12 metros de comprimento, capazes de transportar pesos superiores a 28 toneladas – existiam desde a metade dos anos cinquenta, mas não foram utilizados de maneira intensa até ao final da guerra do Vietnam, na qual o exército americano necessitava de um enorme sistema de distribuição para satisfazer os seus insaciáveis objetivos nas florestas do sudoeste asiático. As tradicionais caixas de transporte eram demasiadamente pequenas e inseguras. Assim, a marinha criou um porto para *containers* na baía de Cam Ranh, e os portos americanos foram equipados para suportar os navios mercantes. Uma das imprevistas consequências foi a de incrementar as exportações japonesas para os Estados Unidos. Para não voltar à América com os *containers* vazios, os expedidores

se deram conta de que podiam fazer dinheiro embarcando no Japão toneladas de relógios, televisores e utensílios... Em 1967 não havia qualquer serviço de transporte marítimo ligando o Japão aos Estados Unidos. No ano seguinte já haviam sete empresas. (...) Em 2005, haviam mais de três mil e quinhentos navios mercantes cruzando os mares, com mais de quinze milhões de *containers* a bordo».

Essa curiosa origem ilustra o processo que *desenha a realidade low cost*, seguindo uma lógica de *distribuição* contra a de *concentração* que caracterizava a antiga *classe média*.

Assim, o mundo articulado por ideologias – fortemente literário – forjado no princípio do *paradigma*, desintegra-se num complexo de natureza *sintagmática*. Não mais se trata de um concentrado de idéias que designam uma ação política coerente e estável, mas uma confusão de ações que projetam os mais diversos atores políticos.

Nesse contexto, na comunicação jornalística, o antigo trabalho do repórter muda radicalmente. Grande parte das notícias passa a ser controlada por centrais que vendem, a baixo preço, informação padrão, com sucesso garantido junto ao público.

Assim, boa parte dos jornais, televisões e rádios passa a difundir as mesmas notícias, com mínimas variações. Pouca diferença passa a existir entre este ou aquele jornal, esta ou aquela revista – em termos jornalísticos – quando poucos anos antes aquela diferença era fundamental. O conteúdo deixou de ser importante.

Em janeiro de 2000, quando a *Time Warner* e a *American On Line* se fundiram, o secretário geral da *Federação Internacional de Jornalistas*, Aidan Whilee comentou sobre a realidade que emergia: «Vemos agora o domínio de uma mão cheia de companhias controlando informação e como essa informação alcança as pessoas. Ao menos que uma ação seja adotada no sentido de assegurar

a independência jornalística, estaremos diante de uma perigosa ameaça para a diversidade dos media... De outro modo, teremos as corporações como controladores do fluxo de informação, que definirão o conteúdo das notícias para se ajustar às suas estratégias de marketing».

O antigo ciclo noticioso de vinte e quatro horas é substituído por um contínuo superficial, de baixa informação – idêntica *imagem* que caracteriza a sociedade *low power*.

Os editores de jornais, revistas ou televisão passaram a ser uma espécie de animadores de mercado, operando um intenso processo de colagem de informação recebida continuamente. O antigo controle sobre quais as histórias que deveriam ou não ser publicadas praticamente deixou de fazer sentido.

Enquanto que os antigos meios de comunicação em massa – e em especial a televisão – tinham a capacidade de orientar a atenção de um

grande número de pessoas para acontecimentos individuais, a Internet fez exatamente o contrário.

Na mudança de uma lógica da concentração para outra, da dispersão, como é típico na Internet, surgiram centenas de canais de rádio e televisão a cabo e na rede, para não referir jornais e revistas *on line*, ou distribuídos gratuitamente a cada esquina nas cidades, notícias e informação nos telefones celulares – conferindo àqueles antigos meios um desenho semelhante ao da Internet: grande quantidade de informação amplamente distribuída e acessível caoticamente.

Em 2005, Joël de Rosnay e Carlo Revelli criaram o jornal online *AgoraVox*, que é elaborado numa base colaborativa e é totalmente grátis. Menos de três anos depois do seu início, *AgoraVox* já tinha mais de um milhão e meio de visitantes por mês.

No centro desse processo, o fenômeno do *zapping* na televisão, com a sua natureza

fortemente não linear, foi gerado pela contaminação digital – a transformação de um antigo meio de comunicação pela emergência de um *híper meio*: os computadores pessoais em rede, um meio para a realização de todos os outros.

A ordem hierárquica que designava a antiga comunicação jornalística determinava o tipo, tamanho e localização de textos e imagens nos jornais e revistas, projetava o chamado *horário nobre* na televisão, orientava os noticiários televisivos numa ordem de natureza francamente hierárquica, e determinava, assim, o melhor *formato* para cada meio.

O ideal do *formato* é um produto da natureza de mão única dos meios de comunicação. Quando eles se tornam interativos, como é o caso da Internet e do telefone, o *formato* simplesmente desaparece ou passa a segundo plano.

Com a gradual desintegração do *formato*, as figuras políticas se tornaram menos definidas

e menos credíveis. A credibilidade de uma figura política está na sua capacidade de síntese e estabilidade ao longo do tempo. Um sistema em dispersão é altamente turbulento, volátil e imprevisível.

Por outro lado, a emergência de grandes conglomerados empresariais sem dono específico, espalhados por diversos países, atendendo a um gigantesco público consumidor massificado e ávido por produtos mais baratos em grande diversidade, fez emergir outro fenômeno – a rápida e fácil transferência de custos dentro de departamentos das próprias empresas, mas em países diferentes.

O antigo sistema fiscal – e mesmo as antigas técnicas de contabilidade, fundadas no século XIX – deixou de funcionar nesse novo universo, mas continuavam a ser utilizadas, ainda que numa instável sociedade *low power* tudo passasse a ser mais e mais orientado pela improvisação. Essa é, entre outras, uma das razões dos grandes escândalos financeiros verificados na passagem do

terceiro milênio – que, de forma reveladora, não contaram com praticamente qualquer movimento relevante de protesto popular.

Num contexto legal de contínuas metamorfoses, mergulhou-se no universo do “vale tudo”.

Assim, também se tornou praticamente impossível regular um sistema de tributação credível e os grandes conglomerados empresariais ficaram, na prática, isentos de impostos.

A grande corporação jornalística de Rupert Murdoch, por exemplo, que controlava a rede americana *Fox* de televisão entre outras, pagava em 2003 apenas 6% de impostos em todo o mundo, e até o final de 1998 não pagou qualquer imposto sobre corporações na Grã Bretanha.

Uma tal isenção – que, embora legal, paradoxalmente contrariava na prática as determinações da lei – produziu uma forte degeneração da credibilidade do Estado.

Por outro lado, os níveis de imposto de renda à pessoa física, às pequenas e médias empresas assim como dos impostos sobre consumo entre outros subiram dramaticamente – na França, no início do século XXI, o nível de imposto sobre a renda de pessoas físicas chegou a alcançar a marca dos 75%!

Na Europa, em 2008, o custo diário de aluguel de um automóvel era menor que os impostos estabelecidos nas auto-estradas como portagens para viagens de mais de cinco horas.

A promiscuidade com corporações transnacionais praticamente eliminou a antiga soberania dos Estados, transformando políticos – de qualquer nível, mesmo quando não exercendo um cargo público, em verdadeiros funcionários de grandes empresas.

John Perkins, que se tornou famoso em 2004 com o seu bombástico livro *Confessions of*

*an Economic Hit Man*, descrevia, em 2007, o seu encontro com um alto funcionário do governo brasileiro: «Ele veio explicar que no Brasil e em muitos outros países, a *corporatocracia* controla basicamente todos os partidos políticos. 'Mesmo candidatos comunistas radicais que parecem se opor aos Estados Unidos estão comprometidos com Washington'».

Na verdade, em muitos países, até os tribunais e o poder legislativo passaram a ser controlados pelos interesses econômicos liderados pelas grandes corporações, que simplesmente deixaram de ter uma nacionalidade, não mais sendo americanas ou européias, e se espalharam pelo planeta transformando os Estados em extensões disfarçadas dos seus desígnios.

Por essa via, num universo *low cost*, não apenas boa parte das pessoas assumiu uma superficialidade à toda prova como tudo o que era de natureza política se tornou muito pouco credível.

Como se tratássemos de um notável paradoxo, outro curioso fenômeno se associou à desintegração da credibilidade do universo político: a burocracia.

Burocracia nada mais é que um instrumento de distribuição de riqueza por mão de obra não qualificada.

Numa sociedade com mais assimetria social e crescente riqueza, a burocracia parece ser uma consequência natural.

Um dos recursos dos Estados mais utilizados para conter ondas de recessão econômica era o subsídio. Os subsídios criam espécies de suportes para um fluxo econômico contínuo, relativamente invulnerável às dramáticas flutuações do mercado.

O subsídio apenas pode acontecer numa sociedade centralizada, tal como aconteceu com

o universo literário. Apenas então é possível definir departamentos especializados numa escala temporal precisa que irão receber um dinheiro aparentemente “grátis”.

Quando a estrutura social deixa de ser visual e departamentalizadora, os subsídios passam a ser vistos como benefícios iníquos que provocam desequilíbrios no conjunto da comunidade – o que é uma ilusão. Assim, emerge uma justificativa moral – através da argumentação de que o dinheiro dos subsídios não implica trabalho. Mas, essa justificativa moral acontece *a posteriori*, como conteúdo do processo.

Graças a isso, o recurso aos subsídios foi gradualmente sendo substituído pela burocracia nas sociedades *low power*. Todavia, o custo da burocracia é imensamente maior que o dos subsídios – a burocracia implica, para além do salário das pessoas, o tempo dos cidadãos. Cada funcionário burocrático excessivo pode significar o custo de várias pessoas, com uma imensa perda

de tempo.

Mas, na *low power society*, o desemprego passou a ser uma das metas centrais dos mais variados governos, empurmando para a frente a burocracia.

Com a obsessiva aspiração a maiores quantidades de produtos por preços cada vez mais baixos, todo o tipo de automação passou a ser intensificado, associando-se ao aumento da rotatividade de mão de obra. Isso fez com que houvesse cada vez mais pessoas menos qualificadas, implicando ainda um aumento dos desempregados.

Numa sociedade *low power*, o Estado passou a assumir, direta ou indiretamente, a função de empregador procurando absorver um grande contingente de consumidores sem qualificação técnica – pois eles seriam os eleitores.

Na sociedade do *low cost*, com profunda

mobilidade, volatilidade e turbulência, o emprego – não o trabalho – passou a ser o objetivo individual e social por excelência.

Aquilo que era sagrado para a antiga classe média, o amor a uma *profissão*, palavra cuja origem etimológica está ligada ao *professar*, foi praticamente eliminado. As competições entre alunos nas escolas e universidades, não raramente, passaram a seguir a aspiração a um emprego duradouro e compensador em termos econômicos e que fossem portadores de *status social* – mas não obrigatoriamente que representassem uma *profissão*.

Curiosamente, utilizando-se das mais avançadas tecnologias que eles próprios condenavam, os mais temidos grupos terroristas da passagem do milênio pregavam exatamente o contrário do que acontecia com a nova sociedade *low cost*: não mais a aspiração a um emprego duradouro e rentável, mas a dedicação a uma causa.

O estabelecimento da estratégia de absorção de um grande número de pessoas pelo Estado – de forma direta ou indireta – aconteceu, muitas vezes, com o recurso ao aumento da burocracia. Com ela foram surgindo todo o tipo de *facilitadores*, a baixo custo, espalhados por todo o lugar. Eram, em geral, grandes quantidades de pequenas taxas, muitas vezes consideradas *invisíveis*, e muita informação a ser preenchida.

Essa vigorosa onda de burocracia passou a afetar mais duramente os pequenos negócios e as famílias de classe média.

Até mesmo muitos fundos estruturais da *União Européia* passaram a ser regidos pelos princípios da sociedade *low power*. Com o argumento de se evitar roubos, os fundos eram dados apenas depois dos projetos estarem concluídos ou significativamente avançados, beneficiando os Estados e as grandes empresas, e impossibilitando a ativa participação de pessoas, famílias ou pequenos negócios.

E embora muitos dos formulários dessa nova burocracia fossem informatizados, eliminando na maior parte das vezes a necessidade de um intermediário humano, a sua crescente complexidade acabava por exigir um grande contingente de novos burocratas, direta ou indiretamente ligados ao Estado.

Na arquitetura, por exemplo, até ao meio do século XX, em muitos países, a aprovação de um projeto por parte das autoridades era praticamente automática. As pessoas se conheciam e a competência estava assegurada. Somente cinquenta anos mais tarde, não apenas não mais se conheciam os arquitetos, tamanha a sua quantidade, como a complexidade burocrática se tornou de tal dimensão que fez surgir um novo tipo de arquiteto – o especialista burocrático na aprovação por parte das autoridades da cidade.

O mesmo aconteceu em praticamente todas as outras atividades liberais.

No Direito, não raro, erros em detalhes processuais passaram a ser mais perigosos para uma condenação que uma fragilidade do mérito da causa.

Todo esse universo burocrático passou a implicar um crescimento tentacular do Estado – mesmo nos países onde havia uma tradição oposta a essa tendência.

Esse universo híper burocrático gerou uma explosão de associações de classe e uma crescente vigilância sobre qualquer movimento humano. Cada profissão passou a ser dividida em dezenas, senão em centenas – como é o caso da medicina e da engenharia – de especializações. Cada especialização passou a contar, muitas vezes, com uma associação profissional específica.

O valor de um profissional passou a ser estabelecido não pela obra realizada, mas pelo número de associações a que pertencia, isto é, qual o seu grau de envolvimento com o sistema burocrático.

Da mesma forma que a lógica de distribuição gera uma sociedade *low power* onde o poder está distribuído em baixa intensidade num largo e contínuo espectro, cada pessoa passou a viver um universo burocrático permanentemente presente.

Um universo avesso à existência da *família*. Documentos, impostos, taxas de compensação fiscal, controles de saúde, taxas e obrigações em relação a associações, consultas médicas, correções dentárias, consumo de novos produtos, *shampoos*, cremes, controles de escolaridade, equipamentos escolares, controles comportamentais numa sociedade cada vez mais violenta, controles de chamadas telefônicas, vigilância de computadores, implicações de natureza financeira – tudo constituindo um fluxo de atenção em dispersão contínua.

Cada um daqueles elementos constituindo um específico leque de atividade burocrática.

Gradualmente, a antiga figura das famílias, típica das sociedades constituídas pela classe média, foi desaparecendo sob o peso de uma burocracia generalizada.

Curiosamente, a designação metafórica da estrutura dos sistemas digitais revela algo da sua natureza – praticamente tudo nos programas de computadores típicos do início do terceiro milênio era formado por *arquivos, pastas, documentos, ficheiros, janelas, ligações, CC ou cópia carbono, anexos, setores, espiões* e assim por diante, indicando um cenário intensamente burocrático.

Novamente, não se trata de estabelecer julgamentos de valor.

Tudo passou a ser um gigantesco complexo burocrático mental, que se estabelece desde os primeiros anos de vida num processo de expansão cujo princípio é fortemente distributivo.

O sentido burocrático é o *conteúdo* de um novo meio.

A grande expansão da burocracia – que também se tornou *low cost* com os sistemas informatizados – assim como a emergência de um grande contingente de produtos e serviços de baixo preço, com aparente boa qualidade e gigantesca quantidade, tudo articulado num processo de alta dispersão, revelaram uma radical transformação na vida privada, alterando não apenas as noções de direito, de liberdade, de privacidade e de família mas também o comportamento social, que assumiu um grande isolamento físico mas profundamente gregário em termos virtuais, transformando a própria atitude face à morte.

É interessante voltar a lembrar o que é burocracia: um instrumento de distribuição de riqueza por mão de obra não qualificada. Quando esse conceito é ampliado para o mundo das idéias, tudo se torna ainda mais interessante.